

Título do capítulo

CAPÍTULO 1 – OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA EM
QUESTÃO: DA FORMULAÇÃO DA TEORIA AO SEU DEBATE NA
ATUALIDADE

Autora e expositora

Marina Montenegro

DOI

<http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-063-9/capitulo1>

Título do livro

BRASIL POPULAR, CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA E
POLÍTICAS PÚBLICAS

Organizadores

Renato Balbim
Mônica Arroyo
Cristine Santiago

Volume

-

Série

-

Cidade

Brasília

Editora

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)

Ano

2024

Edição

-

ISBN

978-65-5635-063-9

DOI

<http://dx.doi.org/10.38116/978-65-5635-063-9>

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2024

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA EM QUESTÃO: DA FORMULAÇÃO DA TEORIA AO SEU DEBATE NA ATUALIDADE¹

Autora e expositora

Marina Montenegro

Audiência e debatedores

Ana Rodrigues

Fabio Contel

Mônica Arroyo

Renato Balbim

Ricardo Antas Junior

1 APRESENTAÇÃO

Trata-se da primeira reunião temática do Grupo de Trabalho Brasil Popular, Circuitos da Economia Urbana e Política Pública, fruto de um esforço conjunto entre o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e o Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental da Universidade de São Paulo (Laboplan/USP).

Para esse primeiro encontro, propôs-se uma apresentação seguida de discussão sobre a teoria dos circuitos espaciais da economia urbana, formulada pelo professor Milton Santos nos anos 1970, e que até hoje renova sua validade para se discutir a atualidade do período técnico, científico e informacional.

Realizar este debate teórico significa também discutir em que termos é possível avançar de maneira prática no enfrentamento das causas estruturais da pobreza nas grandes metrópoles.

2 EXPOSIÇÃO

Marina Montenegro: Proponho uma discussão sobre a teoria dos circuitos elaborada pelo professor Milton Santos na década de 1970, pensando o contexto em que ela surge, os debates de onde ela nasce. Na sequência, enfoco diferentes operacionalizações das quais ela foi objeto e os esforços recentes de atualização dessa teoria.

1. Este texto consiste em uma relatoria baseada na transcrição de reunião realizada em 15 de março de 2022. Preservaram-se ao máximo as falas originais, a fim de manter-se a riqueza da exposição e do debate.

Para esta apresentação, utilizei um artigo publicado na *Revista Geográfica Venezuelana* (Montenegro, 2012), que, em linhas gerais, traça esse mesmo caminho. Também trago outras referências para enriquecer os debates que se seguirão.

A ideia é partir do contexto em que essa teoria surgiu, das interpretações teóricas, das correntes com as quais ela dialogou. Depois pensar as diferentes reflexões a partir da teoria e dos esforços de releitura, principalmente no Brasil e na Argentina da atualidade.

O primeiro ponto é olhar para esse contexto do qual parte o professor Milton Santos a partir de sua própria trajetória em diferentes países, para pensar a intensificação do processo de urbanização nos países desenvolvidos, mirando essa nova realidade urbana e social e diferentes interpretações teóricas que procuravam caracterizar o processo de urbanização no terceiro mundo.

No momento em que a teoria surgiu, havia debates sobre a superurbanização do terceiro mundo, que acontece a partir de meados do século XX, e a constatação de um crescimento da população urbana nos países ditos subdesenvolvidos muito mais acelerado do que aquele que havia sido experienciado nos países desenvolvidos.

A professora Maria Laura Silveira e seu grupo também vão fazer um debate olhando para a teoria dos circuitos e a teoria do setor informal (Silveira, 2008). Ela vai mostrar como, entre 1950 e 1960, a taxa de crescimento urbano nos países pobres era de 5%, enquanto nos países desenvolvidos, nesse mesmo período, era de 2%. Entre 1970 e 1980, a taxa de crescimento urbano nos países pobres continua na casa de 4%, enquanto nos países desenvolvidos cai para 1%. Ela avança nesse sentido, apontando que essa urbanização muitas vezes já coincidia com o avanço da metropolização. Verificamos que outros autores que estavam naquele momento refletindo sobre o crescimento da população urbana, e o próprio professor Milton Santos, no livro *As cidades de terceiro mundo* (Santos, 1971), já chamavam atenção para o fato de que o crescimento dessa população urbana se explicava pelo crescimento vegetativo interno, mas também pelo peso das migrações para essas metrópoles em formação e expansão.

Esse é outro componente do debate. Naquele momento, havia um contexto de uma primeira fase da transição demográfica, que combina a queda das taxas de mortalidade com a manutenção das altas taxas de natalidade, o que significa um crescimento substancial da população associado à importância do peso das migrações.

É para isso também que alguns autores vão chamar atenção: como as migrações vão ter um peso ainda maior do que a natalidade nesse crescimento da população urbana em certos países do terceiro mundo.

Outro aspecto que estava muito presente no debate naquele momento é que a urbanização no terceiro mundo não vai ser de forma geral coincidente com o

processo de industrialização. A urbanização não vem acompanhada de um aumento da demanda da mão de obra industrial, se contrapondo muitas vezes à essa visão que associava a urbanização à industrialização. E um autor importante nesse debate vai ser o geógrafo Akin Mabogunje, que vai questionar essa associação olhando principalmente para o processo de urbanização no continente africano.

Olhando para o crescimento da população urbana em ascensão nos países periféricos, o que verificamos é que essas populações que cresceram vão encontrar uma limitação do mercado de trabalho em absorver grande parte dessa força de trabalho em setores intensivos em capital. No caso da indústria nos países e nas cidades em que se fazia presente, ela não era altamente empregadora, além de existir uma falta de estruturas de bens e serviços.

O cenário que começa a se consolidar é o de cidades com grandes distorções na esfera do consumo e do bem-estar; enfim, tudo isso vai ser de alguma maneira interpretado em debates daquele momento em que as cidades se tornavam cada vez mais pobres. A questão da pobreza passa então a permear também o debate do crescimento, além das diversas análises que enfocavam a crise de emprego. Essa dinâmica se estabelece ao mesmo tempo que existe um cenário de proliferação e multiplicação de atividades de pequena escala.

É esse o gancho para o debate que será realizado sobre a variedade de composição das atividades ditas de pequena escala, familiares e domésticas, em um contexto de expansão da dinâmica demográfica e das metrópoles. É esse contexto, digamos assim, que vai guiar o debate internacional impulsionado pela preocupação com o crescimento populacional.

O debate conduzido pelos neomalthusianos volta a ganhar força. No entanto, há a preocupação com a incapacidade de gerar oportunidades assalariadas nesses países. Grande parte das pessoas empregadas nessas atividades familiares, de pequena escala, não estavam associadas à ideia da remuneração por salários. Além disso, começa a surgir certa consciência do fracasso do modelo de modernização inspirado nos países desenvolvidos, baseado na industrialização, e que vinha sendo aplicado parcialmente nesses países do terceiro mundo.

É nesse cenário que se verifica a necessidade de elaboração de novas teorias para se compreender a especificidade do processo de urbanização no terceiro mundo. Também na geografia ganha relevância o debate do processo de urbanização combinado com a condição de subdesenvolvimento, além de se questionar o baixo poder explicativo das teorias que vinham sendo elaboradas pelo primeiro mundo quando aplicadas nos países subdesenvolvidos, a exemplo da teoria das etapas de desenvolvimento de Rostow (1974) e assim por diante.

Nesse momento, surge uma proposta relevante elaborada por McGee (1971) de pseudourbanização, em que ele propõe que se compreendesse a urbanização no terceiro mundo, nos anos 1960, como uma pseudourbanização com três características importantes:

- fenômeno demográfico particular, onde há altas taxas de natalidade associadas ao peso das migrações, o que tornaria as cidades explosivas e inviáveis (e o autor ressalta a inviabilidade dessas cidades);
- composição econômica, marcada por uma participação subordinada na divisão internacional do trabalho, com papel de exportador de matérias-primas; e
- ausência de infraestrutura institucional.

Nesse debate, a teoria da modernização se destaca como a proposta de análise dominante daquele momento. O universo temporal de análise dessa teoria tem início no final da Segunda Guerra Mundial e trabalha a dicotomia entre o tradicional e o moderno. Aplicada aos países subdesenvolvidos e suas realidades urbanas, associa-se o subdesenvolvimento ao atraso e ao tradicional e o desenvolvimento à modernidade, a um modelo a ser seguido.

Dessa corrente surge uma série de autores que vão passar a trabalhar essa dicotomia entre dois setores, um dito tradicional e outro moderno, nos países periféricos. E alguns autores, como Bruno Lautier, vão adiantar que essa teoria da modernização vai, cada vez mais, como um modelo dualista, assumindo valor de paradigma para se pensar a realidade urbana dos países subdesenvolvidos (Lautier, 1994). A título de ilustração, sugiro alguns exemplos de pesquisas e propostas inspiradas nesses modelos dualistas.

Primeiramente, podemos citar Boeke (1953), que faz uma pesquisa na Índia, em 1953, e fala da presença desses dois setores. Por um lado, essas organizações capitalistas ocidentais importadas, que seriam as mineradoras, as refinarias, as grandes indústrias, as atividades de transportes, comércios intensivos em capitais, em contraposição ao que ele chama de organizações “pré-capitalistas” locais, que seriam o pequeno artesanato, a pequena indústria, a microindústria, a pequena agricultura camponesa no entorno da cidade.

Outro autor é Lewis (1954), que em 1954 também vai propor esse par: um setor moderno, que ele associa às plantações e à mineração, atividades exportadoras desenvolvidas pelas grandes firmas; e um setor tradicional estagnado, que seria marcado sobretudo pelo subemprego. Já Geertz (1963), na década de 1970, faz uma pesquisa em Java contrapondo o que ele chamava de uma economia de bazar a um setor centrado na economia das empresas, das firmas.

De novo, Armstrong e McGee (1968) também propõem naquele momento que, nos países do terceiro mundo, haveria o que eles chamavam de um *link* entre o capitalismo e o não capitalismo. A distinção entre o capitalismo e o não capitalismo para os autores seria o trabalho. O capitalismo seria definido pelas relações de trabalho e emprego assalariado, e o não capitalismo, pelas relações de *self-employment*, o trabalho por conta própria.

Mas, entre essas propostas de análise da economia urbana nos países subdesenvolvidos, aquela que vai ganhar maior adesão, maior destaque e maior visibilidade no debate internacional é a da abordagem do setor informal, que, por sua vez, nasce desses modelos dualistas de análise das estruturas da economia urbana do terceiro mundo.

Como explorado pelo Renato Balbim, há toda uma polêmica sobre quando surge a expressão *setor informal*. Às vezes, ela é atribuída a um relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT) de uma missão no Quênia, mas há um artigo do Keith Hart sobre Gana, de 1971, que não havia sido publicado até 1973, no qual ele discorre sobre suas ideias apresentadas em uma conferência, em 1971, na qual ele já fazia uso do termo *informal*. Então, provavelmente, Keith Hart deve ter formulado o termo, que depois foi incorporado e popularizado pela OIT.

No artigo de Keith Hart (1973), que ora aparece como de 1972, ora como de 1973, é apresentado um estudo em Acra a partir do qual ele detecta uma série de características do mercado de trabalho que lhe permite dizer que 40% da população ativa masculina não se enquadra nas relações salariais formais. Enquanto isso, entre a população feminina, seria mais de 95%. Ele verifica então não apenas a condição do mercado de trabalho, mas, a partir do trabalhador, as condições de existência de um cotidiano precário. Ele segue analisando a importância do crédito, e a partir da viabilização do crédito a importância das relações pessoais, familiares, e como o mercado de trabalho era marcado pela duplicação de ocupações. As pessoas precisavam ter mais de uma ocupação para sobreviver.

Keith Hart também questiona a premissa “um emprego, uma pessoa”, como se cada pessoa equivalesse a um emprego. Ele vai nessa direção questionando essa associação e também fala em subproletariado, uma primeira ideia da categoria de protoproletariado que irá aparecer nos anos subsequentes. Mas ele chama atenção para o aspecto do crédito, da multiocupação e da importância de uma renda complementar. A importância dessa renda complementar que se tornava necessária a cada família diante dos baixos níveis de salários, tema associado ao que ele trata como os limites da solidariedade familiar.

O emprego assalariado correspondia só a uma parte do mercado de trabalho e aos poucos, nas análises de Hart, aparece o que ele chama de atividades formais e

atividades informais. Ele não fala propriamente em setor informal, ainda que também utilize o termo *setor*, mas não é neste texto que se consolida o termo *setor informal*.

Para Hart, a variável-chave vai ser o nível de racionalização do trabalho. A partir daí ele propõe uma tipologia. Um primeiro setor no qual há oportunidades de rendas formais advindas dos setores público e privado, os empregos assalariados e também a importância das transferências de renda e das aposentadorias.

Um segundo setor, no qual há oportunidades de renda informais, que ele reforça serem legítimas, advindas dos setores primários, secundários e terciários, dos pequenos comércios e manufaturas, além da importância do crédito, inclusive intrafamiliar, e da mendicância.

Por sua vez, o terceiro setor se constituiria de atividades informais ilegais. Verifica-se a associação do informal ao critério da ilegalidade, mas, como apontado, não exclusivamente.

A OIT, no relatório sobre o mercado de trabalho urbano no Quênia, também parte da preocupação em olhar para as especificidades do mercado de trabalho nos países subdesenvolvidos no cenário do fim dos anos 1960 e início dos anos 1970 (ILO, 1972). A ideia fundadora das preocupações da OIT é de que haveria uma ausência de emprego diante da magnitude da demanda, ocasionando um baixo nível de renda tanto nos empregos assalariados quanto nos trabalhos por conta própria e familiares, além de uma baixa produtividade da força de trabalho como um todo.

O relatório do Quênia parte desses três tipos de problemas associados para propor o que reconhece como sete características do setor informal:

- facilidade do acesso à atividade, pois seria fácil entrar numa atividade do setor informal;
- mobilização de recursos locais;
- propriedade familiar da empresa;
- escala de atividade reduzida;
- uso de técnicas que mobilizam e privilegiam o recurso à mão de obra, esse também um ponto importante no debate sobre o circuito inferior;
- qualificações adquiridas fora do sistema oficial de formação; e
- presença de mercados concorrenciais e sem regulamentação.

Essa definição, ao mesmo tempo, parte da escala da atividade e do aspecto legal-normativo e combina essas duas entradas. Uma vez que essa proposição parte de muitos critérios ao mesmo tempo, ela passa a ser operacionalizada e difundida

pela própria OIT. Os autores dos anos 1970 passam a interpretar essa maior complexidade como um avanço em relação àquela dicotomia tradicional-moderna das primeiras teorias da modernização, dos modelos dualistas. Afinal, a variável da tecnologia já não é a única analisada, uma vez que se avalia o funcionamento das operações e como a produção se organizava num aspecto mais amplo.

O sociólogo Bruno Lautier, autor do livro intitulado *A economia informal no terceiro mundo*, aponta que essas duas abordagens, tanto do tamanho da produção quanto da ilegalidade, vão, aos poucos, conferindo também um *status* de paradigma ao setor informal. Ele vai se tornando um objeto legítimo tanto das políticas públicas quanto da academia.

O pesquisador Alexandre Barbosa de Freitas, que também se aprofundou no debate sobre a informalidade, aponta que a força do setor informal também se encontra na mediação entre a academia e a intervenção prática das políticas (Barbosa, 2009). De todo modo, o que importa aqui nesse olhar é que o paradigma do setor informal vai se impondo a partir de duas grandes linhas de análise – o critério do tamanho da unidade de produção e da legalidade ou da ilegalidade.

Ao longo do tempo, a própria OIT transforma seu entendimento em relação ao setor informal. Num primeiro momento, na década de 1970, ela enxergava no setor informal um obstáculo, um empecilho ao desenvolvimento, ao aumento da produtividade. E em um segundo momento, a partir dos anos 1980, o setor informal passa a ser visto como solução (Lautier, 1994), numa ideia de que, diante da situação das cidades nesses países, esse setor seria uma fonte de renda e de ocupação para grande parte da população.

Entre alguns autores, emerge esse discurso de valorização do pequeno empreendedor, do empreendedorismo. E é nesse cenário que vão também aos poucos surgindo as críticas a esses modelos dualistas e à abordagem do setor informal e ao pretenso universalismo desse modelo.

McGee (1977) é um autor que, num primeiro momento, tinha partido desses modelos e depois vai adotar uma postura crítica. Passa a questionar essa visão do tradicional, pensando a sociedade tradicional, ao dizer que o termo *tradicional* dava a impressão de ser algo estático e homogêneo em oposição a uma sociedade moderna e dinâmica. Para ele, o que é visto como tradicional também envolve a adaptação, a incorporação e o uso de diferentes tecnologias. Ele chama atenção para esse ponto.

David Slater, já na década de 1980, também defende que essa visão do tradicional seria a-histórica, porque não analisava as interações entre estes supostos setores (Slater, 1982).

E o professor Milton Santos também entra nesse debate a partir do livro *Os países do terceiro mundo*, com o próprio livro *O espaço dividido*, e com o artigo *Le circuit inférieure: le soidisant 'secteur informel'*, entre outros, onde questiona a própria categoria de setor informal (Santos, 1976). Em um primeiro momento, Milton Santos traz a ideia de que esses termos – moderno *versus* tradicional – eram fontes de ambiguidades, porque as atividades não se definem pela idade, mas pelo capital e pela organização. E que as atividades tradicionais, por sua vez, também são um produto da modernização. Ele vai manifestar nessas obras essa insatisfação com esse par formal e informal.

Em seu artigo de 1976, Santos fala que essa noção de organização informal em oposição à organização formal vinha do conceito de racionalidade de Weber, segundo o qual só a organização formal teria racionalidade e eficácia. Então, questiona essa racionalidade exclusiva do que seria formal. Para ele, a economia urbana dos países subdesenvolvidos seria composta por ações dotadas de diferentes racionalidades, diferentes eficácias, e não de ações irracionais, ineficazes, arcaicas, a-históricas. Para ele, essa economia pobre também vai funcionar de maneira lógica, racional, e as racionalidades econômicas seriam sempre múltiplas.

No livro *As cidades de terceiro mundo*, de 1971, Santos faz uma primeira apresentação da teoria dos circuitos, no último capítulo desse livro. Ele já vai distinguir a coexistência dos dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos, chamando atenção para esses circuitos como resultado da penetração das inovações nesses países.

Mas é no livro *O espaço dividido*, de 1975, que Santos faz uma apresentação e propõe uma leitura da especificidade do processo de urbanização do terceiro mundo a partir do impacto da modernização e, nas palavras dele, propondo uma teoria do desenvolvimento econômico na sua dimensão espacial (Santos, 1975). A partir daí, ele vai propor que a sociedade urbana se encontra segmentada em relação às possibilidades de satisfação de suas necessidades e isso cria diferenças quantitativas e qualitativas no consumo, e que esse processo, por sua vez, seria a causa e a consequência da existência dos diferentes circuitos de produção, distribuição e consumo nas cidades desses países.

Aqui a preocupação, nas palavras de Milton Santos, é mostrar que não se tratava de um mundo em desenvolvimento que estava seguindo aquela mesma trajetória, mas de um mundo subdesenvolvido com suas características próprias. E que a organização desse espaço nos países de terceiro mundo se dava em função de interesses externos.

Milton Santos chama atenção para a importância de se trabalhar o conceito de modernização no plural, pensando em modernizações, nos seus impactos nos sistemas de organização do espaço, da sociedade e da economia nos países subdesenvolvidos, da importância de reconhecer as modernizações coexistentes e sucessivas. E contrapor essa generalidade de um padrão de modernização que, segundo ele, não era gerador de empregos.

É a partir desse ideário que Milton Santos propõe os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Ele aponta que as atividades urbanas e as populações associadas a essas atividades, tanto pelo trabalho quanto pelo consumo, se distinguem em função de diversos graus de capital, tecnologia e organização.

O circuito superior se define quando esses conteúdos são altos, incluindo o circuito superior marginal. E seria esse circuito resultado direto das modernizações. É importante lembrar que Milton Santos está olhando para esse cenário da década de 1970 e identifica como principais representantes desse circuito superior naquele momento os bancos, os comércios, a indústria de exportação, a indústria moderna, os serviços modernos, os atacadistas e os transportadores.

Enquanto parte integrante do circuito superior, Santos identifica também a existência de um circuito superior marginal, que pode ser tanto o resultado da sobrevivência de formas menos modernas de organização quanto a resposta a uma demanda incapaz de suscitar atividades totalmente modernas, ainda que pertençam ao circuito superior. Assim, esta porção do circuito superior pode assumir um caráter residual ou um caráter emergente.

O circuito inferior, por sua vez, seria caracterizado pelos conteúdos reduzidos em capital, tecnologia e organização, resultado indireto da modernização, composto por essas formas de fabricação não capital intensivo, serviços não modernos fornecidos a varejo, pequeno comércio. Neste ponto, Milton Santos chama atenção para o fato de que as diferentes camadas da população podem consumir ocasionalmente fora do circuito ao qual elas pertencem, porque elas não são uma força de trabalho exclusiva de um determinado circuito. Um consumidor do circuito inferior pode trabalhar no circuito superior e assim por diante.

Ele vai partir da ideia dos circuitos como subsistemas de um grande sistema urbano. Os circuitos não são sistemas fechados. Estão articulados por essas relações de complementaridade, concorrência, hierarquia e subordinação entre eles. E as atividades de um circuito mandam *inputs* para o outro circuito e utilizam algumas de suas atividades e produtos como economias externas. Mas essas complementaridade e interdependência não eliminam a concorrência, não eliminam a hierarquia e a subordinação do inferior em relação ao superior.

No artigo de 1976, *Le circuit inférieur: le soidisant 'secteur informel'*, Milton Santos chama atenção para o fato de que a teoria dos circuitos é, sim, herdeira desse debate, do tema do dualismo, mas afirma que ela se propõe a romper com esse paradigma dicotômico da oposição moderno *versus* tradicional, capitalista *versus* não capitalista (Santos, 1976). O autor afirma que os termos moderno e tradicional seriam controversos para definir o que seria circuito superior e o que seria circuito inferior, porque as atividades do circuito superior não se definem pela data de sua criação, de seu surgimento, mas pelo momento em que são incorporadas e pelo seu modo de funcionamento nos países subdesenvolvidos. As atividades do circuito inferior são subordinadas às condições de modernização e, por consequência, também sofrem um constante processo de adaptação e transformação e, desse modo, essas atividades não poderiam ser definidas como tradicionais.

Outro aspecto que Milton Santos destaca é que a teoria dos circuitos rompe com essa consideração exclusiva do aspecto da produção e enfoca também os aspectos da distribuição e do consumo.

Nesse sentido, McGee, em 1996, vai afirmar que a teoria dos circuitos rompe com a esterilidade do modelo dualista da estrutura econômica das cidades terceiro-mundistas e reconhece a realidade dos circuitos de interação de capital, informação, bens e pessoas (McGee, 1996).

Segundo Santos (1976, p. 16), “O circuito superior originou-se diretamente da modernização tecnológica e seus elementos mais representativos são os monopólios. O essencial de suas relações ocorre fora da cidade e da região que os abrigam e tem por cenário o país ou o exterior”.

Essa citação revela a atenção do professor para a relação do circuito superior com a economia mundial, que é essa capacidade de macro-organização do território das grandes empresas. Enquanto “o circuito inferior formado por atividades de pequena dimensão e interessando principalmente às populações pobres, é, ao contrário, bem enraizado e mantém relações privilegiadas com sua região” (Santos, 1976, p. 16).

Então há essa importância da proximidade, da contiguidade e da complementaridade na escala local do circuito inferior.

A fim de melhor explicar os circuitos de Milton Santos, propõe-se o quadro a seguir, destacando as características dos dois circuitos da economia urbana. É possível ver essa oposição dialética entre as características, mas, como elas formam um conjunto próprio em cada circuito, nota-se uma lógica interna.

QUADRO 1
Características dos dois circuitos da economia urbana no terceiro mundo

Setor	Circuito superior	Circuito inferior
Tecnologia	Capital intensivo	Trabalho intensivo
Emprego/trabalho	Reduzido	Volumoso
Organização	Burocrática	Primitiva/familiar
Sistemas de objetos	Modernos	Tradicionais/locais
Crédito	Bancário/formal	Informal/"fiado"
Preços	Fixos (em geral)	"Pechincha"
Publicidade	Necessária	Nula
Ajuda governamental	Importante	Nula
Dependência direta do exterior	Grande, atividades extravertidas	Reduzida ou nula

Agora é preciso falar dos diferentes trabalhos realizados a partir da teoria dos circuitos. Ela foi debatida, adotada e incorporada por vários autores em distintos contextos, e é interessante que isso tenha ocorrido desde a década de 1970.

Missen e Logan (1977), por exemplo, vão partir da teoria dos circuitos para olhar as características e as dinâmicas do circuito inferior na Malásia, com destaque para a importância do fracionamento das atividades, aquilo que McGee nomeia mais à frente de capacidade *autoinflacionária* desse circuito inferior, a existência de uma superdivisão das tarefas entre os agentes. Os autores chamam atenção para o caso das feiras, em que temos o carregador, o montador, o vendedor, além da análise do movimento das mercadorias, a destinação final, a localização dos intermediários etc., com foco na cidade de Kelantan, na Malásia.

McGee (1977) propõe a categoria de protoproletariado, segundo ele, inspirando-se na teoria dos circuitos da economia urbana. Ele sugere que essa população urbana no terceiro mundo engajada num sistema de produção menor, de pequena escala, cujas rendas vêm de oportunidades de trabalho tanto legais quanto ilegais, poderia ser compreendida como pertencente ao protoproletariado.

Coutsinas (1975), inspirado na teoria dos circuitos, também sinaliza a importância dessas pequenas atividades, que muitas vezes eram negligenciadas. E Mignon e Romann (1983) também estudam as cidades argelinas, inspirados na teoria dos circuitos da economia urbana.

E mais uma vez Armstrong e McGee (1985) pensam, já na década de 1980, a importância da modernização e do consumo nas cidades norte-americanas, inspirados na teoria dos circuitos. Eles discutem como as políticas modernizadoras nesses países deveriam privilegiar uma reorganização da produtividade, focando o circuito inferior e não o circuito superior.

No Brasil, um autor que trabalha especialmente a teoria dos circuitos da economia urbana é Roberto Lobato Corrêa, pensando os circuitos em relação à rede urbana (Corrêa, 1988). Nos países subdesenvolvidos, há três modos de organização, a rede dendrítica de localidades centrais, os mercados periódicos e o desdobramento da rede urbana em dois circuitos. Corrêa associa a hierarquia urbana aos circuitos, pensando como as cidades locais atuam através do circuito inferior, como a centralidade das cidades intermediárias está atrelada à presença dos dois circuitos e como as metrópoles teriam sua centralidade determinada pelo circuito superior.

Diante do potencial analítico da teoria dos circuitos, vários autores buscam resgatar e fazer uma releitura da teoria dos circuitos da economia urbana à luz das dinâmicas do período atual. Há um esforço de destaque, coordenado por Maria Laura Silveira nos últimos quinze, vinte anos, que vem buscando pensar essas novas composições e dinâmicas dos circuitos superior, superior marginal e inferior, e as relações entre eles à luz do período de globalização (Silveira, 2016).

Parte-se da ideia de que o circuito superior coincide com os próprios motores da mais nova divisão territorial do trabalho, que se pauta nas variáveis-chave da globalização. Essas variáveis determinantes se tornam hoje também variáveis dominantes, quando incorporadas pelos circuitos inferior e superior marginal, e transformam a economia, o uso do território.

Há várias outras pesquisas na Argentina realizadas por Josefina Di Nucci, por Derlis Parserisas, entre outros. No Brasil, podemos destacar o trabalho de Edilson Oliveira, em Londrina. Grande parte dos resultados dessas pesquisas está publicada no livro *Circuitos de la economía urbana: ensayos sobre Buenos Aires y São Paulo*.

Há uma série de outros trabalhos orientados pelos professores Fabio Contel, Ricardo Antas Junior, ambos da USP e que fazem parte deste grupo, além do professor Marcio Cataia, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), assim como de outras universidades brasileiras, que buscam pensar a importância da teoria dos circuitos como matriz teórica explicativa das dinâmicas da economia urbana atual.

Um pouco mais do que a gente vem procurando no período recente é observar as articulações entre os circuitos. Por exemplo, como há articulações internas aos circuitos, que seriam articulações horizontais, e as articulações entre os circuitos, propostas pela Maria Laura como articulações verticais.

Diante do poder das grandes corporações multissetoriais, desses círculos de cooperação tão intensos, há hoje uma articulação horizontal muito forte no interior do próprio circuito superior, e ao mesmo tempo articulações horizontais muito densas dentro do próprio circuito inferior, baseadas no sentido mais constitutivo da sua existência. No entanto, ao mesmo tempo, essas articulações verticais hoje se

transformam a partir da financeirização da pobreza, da plataformização das relações de trabalho, e isso vem tornando essa complementaridade e essa subordinação cada vez mais complexas e hierárquicas.

3 O CAMPO DE DIÁLOGO DA TEORIA DOS CIRCUITOS

Fabio Contel: É fascinante a teoria dos circuitos de Milton Santos e o que Marina debate e ressalta. Essa crítica ao planejamento segundo o qual para se desenvolver seria preciso planejar a industrialização, criar polos de crescimento industrial e seguir as etapas dos países desenvolvidos é bastante relevante. Ressalto que há uma tendência na geografia crítica de “descartar” a contribuição de intelectuais não marxistas que o livro de Milton Santos não segue cabalmente. Pelo contrário, no livro *O espaço dividido* se pratica uma dialética, uma leitura crítica de obras não marxistas a fim de inseri-las na interpretação do autor. Assim, Santos trabalha criticamente com praticamente todos os autores importantes da geografia urbana que escreveram suas obras até o início da década de 1970.

Mônica Arroyo: Quando expõe a teoria dos circuitos no seu livro *O espaço dividido*, Milton Santos propõe um amplo diálogo com diversos autores e correntes de pensamento. Essa postura vem de uma tradição teórica e metodológica que o autor desenvolve ao longo de sua trajetória.

Renato Balbim: Atualmente, tenho me dedicado a conhecer mais sobre o informal, e é curioso notar, ao contrário da generosidade de diálogo que o pensamento de Milton Santos propõe, que vários autores aqui citados, e mesmo o relatório da OIT que propôs o termo, não parecem buscar diálogos. Como se pode ver, Hart e o relatório do Quênia são contemporâneos e em nenhum se cita o termo. Essa existência de diálogo ou não diálogo pode ser algo interessante para se entender por que uma teoria que nos parece tão robusta não foi assimilada pelos centros difusores do conhecimento, pelo mundo tecno, político e acadêmico do hoje chamado Norte global; isso, logicamente, para além do fato de ter surgido no terceiro mundo e pelas mãos e pensamento de um pesquisador negro. Contextualizando, Milton Santos não fazia parte do *mainstream*, onde havia uma concorrência de pensadores que, a partir dos países centrais, buscavam explicações para o mundo.

Mônica Arroyo: Nos anos 1970, se falava de urbanização associada ao início de uma metropolização, processo esse que predomina hoje. O crescimento urbano com base na migração e no aumento demográfico é atualmente um fenômeno que se dá predominantemente pela migração. A urbanização com industrialização dos anos 1970 enfrenta hoje o avanço de um processo de desindustrialização, predominando nas metrópoles que se estruturam especialmente em torno dos setores de comércio e serviços.

Atualmente, o que prevalece de maneira mais intensa na discussão acadêmica é a questão da desigualdade. Antes se dava muita ênfase ao debate sobre a divisão internacional do trabalho e suas consequências, hoje o interesse principal é discutir as desigualdades no interior da economia urbana, o tema da pobreza e da inclusão social.

4 INTERESSES GEOPOLÍTICOS, A DIFUSÃO DO INFORMAL E POSSIBILIDADES PARA A NÃO DIFUSÃO DA TEORIA DOS CIRCUITOS

Renato Balbim: O termo *informal* se estruturou com o relatório da OIT porque houve um investimento para que isso acontecesse naquele momento. Foram essas missões, as novas missões da OIT do final dos anos 1960, que pela primeira vez formaram grupos de *experts* com pesquisadores dos países estudados e dos países de primeiro mundo. Esses estudiosos criaram um modelo de validação de teses e assimilação pelos centros de ciência, para usar o termo de Bourdieu, e assim disseminaram o termo *informal* em outras agências internacionais e em todo o mundo.

A partir de uma instituição internacional organizada pelos países centrais, no contexto da dependência, realizando investimento, organizando bancos, era “natural” que se buscassem teorias que justificassem, ou ao menos perpetuassem, o modelo de desenvolvimento desigual. Um autor que escreveu na *Antipode* (Hart, 2010) aponta para o desenvolvimento com “D” maiúsculo e “d” minúsculo, um elaborado para os países do Norte e outro para o Sul. Quando olhamos para a difusão de uma teoria, sua aplicação como modelo explicativo que orienta essas agências internacionais, parece ser interessante entender por que a questão do formal e informal acaba ganhando força, por que a OIT divulga isso no mundo inteiro.

Não acredito muito que a produção da OIT, o relatório do Quênia em especial, tenha se baseado nessa perspectiva dualista. E discordo que apenas nos anos 1980 a OIT passe a ver a informalidade como solução. Nos anos 1970, quando o relatório do Quênia é publicado, essa proposição é realizada como forma de superar dualismos. Os autores do relatório, por exemplo, se preocupam com a formação dos trabalhadores do setor informal. Eles revelam que há uma formação técnica que deve ser valorizada. Apontam que há investimentos nessa economia, mecanismos de crédito que cumprem funções e são associados com o que seria uma economia formal. O relatório do Quênia, inclusive, aponta que não haveria razão para não investir nesse setor da mesma forma como são realizados investimentos nos demais setores.

É curioso notar que em 1972, quando foi finalizado o relatório do Quênia, também se realizou em Estocolmo a I Conferência de Direitos Difusos da Organização das Nações Unidas (ONU). A partir dela, toda conferência com temas relacionados aos direitos difusos passa a ter orientação da ONU para se

ir amarrando uma na outra, construindo-se assim uma espécie de narrativa. Em 1976, no relatório da Habitat I, está lá a informalidade presente, de uma maneira que poderia ser substituída por circuito inferior da economia urbana. Não existe nessa agenda essa visão dualista.

É interessante pensar como algumas teorias e alguns conceitos ganham escala global por serem úteis para uma certa política, e me pergunto: será que uma teoria que propusesse ou identificasse a superação da dominação, da divisão do território, caberia nos interesses do capitalismo internacional? O “apagamento” da teoria pode também estar relacionado com essa versão de que ela não é útil ao projeto de desenvolvimento com “D” maiúsculo e “d” minúsculo. Quem sabe não haveria conexão com esse projeto.

Marina Montenegro: Esses dois momentos da OIT foram postos por Bruno Lautier, que, ao problematizar a questão, chama atenção para a orientação da OIT em acolher o setor informal, reconhecendo que ele não iria acabar ou ser extinto. E vale lembrar que Lautier chama atenção para o fato de que isso esteve na base da construção do discurso do empreendedorismo.

Renato Balbim: A OIT é a única agência da ONU formada não apenas pelos Estados-nação, mas também por trabalhadores e empresários; isso torna mais complexo compreender suas ações. A redenção do informal está ligada também ao neoliberalismo, cujo objetivo sempre foi o de diminuir o tamanho do Estado, que deveria se resumir à governança. Assim, a orientação foi durante muito tempo colocar na mão de organizações não governamentais (ONGs) a prestação de diversos serviços públicos. Em casos como o do Brasil, em particular seu desenvolvimento urbano, foi colocada para os movimentos sociais a organização da autoconstrução como mecanismo de responder à inexistência ou retirada do Estado das políticas de habitação. Inclusive se confunde a democratização do início dos anos 1980 com esse “uso” estratégico das condições precárias, logo baratas, da produção pelo circuito inferior.

Ricardo Antas Junior: Até os anos 1980, quem tinha acesso à saúde era quem estava empregado formalmente, quem pagava Fundo de Garantia e Previdência Social (FGTS). Há todo o aspecto legal em torno disso, que não é propriamente econômico, e que levou a essa sedimentação entre formal e informal. O próprio fazer política dos pobres não é o mesmo das elites. De todo modo, na prática das políticas públicas, existe a classificação “setor informal”, existem políticas para o setor informal, isto é, a forma como se denomina esse processo de modo geral é como sendo informal, ainda que tenhamos uma definição mais precisa para o fenômeno. Embora seja uma integração econômica, muito da dicotomia em outras áreas, especialmente na área da política, estava ligada à exclusão. Porque a integração cidadã foi ignorada pelo Estado ao desconhecer quem estava no mercado

relativo ao circuito inferior. É só com a Constituição Federal de 1988 (CF/1988) que isso muda, que se desconsidera o mercado de trabalho a que você pertence para conferir direitos de cidadania.

A teoria dos circuitos foi criada a partir de uma observação de práticas socioeconômicas de países periféricos “não modernos”. Acontece que a própria teoria dos circuitos serve de base para uma mudança de orientação das práticas políticas. Não se pode desconsiderar isso. Sendo assim, parece que é preciso tomar a teoria dos circuitos antes da orientação da OIT e depois.

Renato Balbim: O uso do entendimento de que existem setores ou economias consideradas formais e outras informais (inclusive associadas com aquilo que é ilegal, além de conteúdos pejorativos), ou seja, a apropriação dicotômica desses termos como maneira de explicar a realidade dos países pobres e modelar suas políticas de desenvolvimento resultou na “naturalização” da divisão de cidades, da segregação de raças, etnias, grupos religiosos etc.

Revisitar a teoria dos circuitos espaciais, hoje, assim como no passado, é buscar ainda a superação de visões simplificadoras e adjetivas da realidade do Sul global, visões que interessam à perpetuação de formas de dominação. A responsabilidade segue sendo superar o dualismo, se atentar às conexões e interações (verticais e horizontais, como disse Marina).

Fabio Contel: Há um aspecto institucional importante da difusão dessas teorias que vão fazer parte de um projeto. Tinha uma racionalidade por trás. Independentemente de ser um projeto fechado, havia uma racionalidade que tinha muita relação com o planejamento estatal, como prática difundida nessa época da condicionalidade existente nos financiamentos externos. Para o Estado receber dinheiro do Fundo Monetário Internacional (FMI), sempre foi necessário seguir as orientações de organizações internacionais, como a própria OIT. Portanto, essas orientações foram aos poucos sendo incorporadas nas ações dos Estados. No final das contas, torna-se uma forma de produzir estatística. Isso institucionaliza ideias que vão influenciar inclusive as ideias dentro da academia. A estatística, comparando com o setor econômico, divide o setor em primário, secundário e terciário. Não há como fugir. É muito difícil, do ponto de vista econômico, o modo como essas orientações políticas direcionam a produção do conhecimento acadêmico.

Mónica Arroyo: Ainda hoje há certo condicionamento para direcionar o rumo de como se deve pensar, inclusive na academia. Por exemplo, uma terminologia predominante no contexto atual é “sustentabilidade”, ou “desenvolvimento sustentável”. Se o pesquisador não incluir ou conectar sua pesquisa a esse debate, raramente conseguirá financiamento. Assim, uma parte importante da prática acadêmica fica atrelada aos interesses dos órgãos que financiam as pesquisas.

5 A MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA E A TEORIA DOS CIRCUITOS

Ricardo Antas Junior: O que fascina na teoria dos circuitos é a ligação, segundo Milton Santos, da mesma modernização tecnológica que está na origem dos dois circuitos da economia urbana: um de modo direto e outro de modo indireto (a mesma modernização tecnológica e os novos consumos).² Em relação aos objetos técnicos, hoje esses também estão presentes nas grandes cidades do terceiro mundo como um todo, tal como no primeiro mundo. Os objetos chegam ao terceiro mundo de maneira inédita e massiva, contrastando na paisagem urbana, mas também eram inéditos no primeiro mundo, porém sem o mesmo destaque na paisagem urbana e presença na vida cotidiana da população, pelo menos de modo imediato. Isso não era possível de se afirmar no momento anterior, quando era necessário ter primeiro um circuito superior formado no primeiro mundo para que, em um segundo momento, parte desses objetos técnicos se instalassem no terceiro mundo.

Também haveria diferenças em como a tecnologia era consumida nos anos 1970 e como ela é apropriada hoje. A modernização capitalista de última geração (pós-Segunda Guerra) chega nos países de terceiro mundo de uma vez só e em volume inédito, interferindo nas práticas espaciais relacionadas aos períodos anteriores, mas, no primeiro mundo, a urbanização capitalista já tinha uma grande materialidade composta por sistemas de objetos precedentes, de divisões territoriais do trabalho pretéritas, várias modernidades tecnológicas. As atividades econômicas de países de primeiro mundo, quando chegam em países periféricos, tendem a se sobrepor umas às outras, por serem hegemônicas.

Mas, no terceiro mundo, elas se destacam na paisagem, devido à incipiente urbanização dos períodos anteriores, em função de a própria economia estar centrada no campo. O abrupto crescimento da população urbana no pós-Guerra, no terceiro mundo, contribui para criar as atividades do circuito inferior.

Outro fator importante que caracteriza a urbanização no terceiro mundo, em relação ao primeiro mundo, são os novos consumos. Esses que ocorrem mais rapidamente e de modo direto no circuito superior acontecem indiretamente no circuito inferior.

Atualmente, os objetos técnicos do primeiro mundo estão disseminados no terceiro mundo, mas de forma diferente. A questão é como a tecnologia é consumida hoje. O que acho importante para o debate e me parece inédito é a complementaridade dos circuitos. Também está ligada ao uso frequente da concepção de “informal” a modernização do Estado no terceiro mundo. A modernização institucional do terceiro mundo tem início de fato somente a partir da terceira década do século XX. O informal também está ligado à não

2. Para mais detalhes, conferir Santos (2017).

modernização do Estado, onde se forma o cidadão de “segunda classe”. O que existe é uma formalização, mas não uma integração da população ao sistema político e jurídico. Não há cidadania igual para elite, classe média e pobres. Esses últimos só vão integrar o sistema cívico de maneira superficial ou parcial (Santos, 1987).

Quero destacar que o acesso à modernidade tecnológica e aos novos consumos, nos dois circuitos, acontece de maneira muito diferente. Existe um consumo por parte da população mais pobre dos sistemas informacionais muito mais difundido. Há diferenciação entre os circuitos, assim como um desenvolvimento produtivo do circuito inferior ligado à modernização tecnológica. Ainda é uma questão desigual em relação ao conhecimento e ao investimento. Mas em relação ao consumo é um pouco distinto e precisa ser mais estudado. O acesso é novo. Não é igual, mas o acesso às tecnologias é menos desigual quando comparado com outros períodos da história.

Apesar disso, o acesso à política formal continua muito desigual ou até mesmo excludente. Acredito que uma das razões da crise democrática que atravessamos está relacionada à essa exclusão, pois a participação política pelo voto parece ficar esvaziada de sentido para alguns segmentos da população.

Renato Balbim: A modernização do terceiro mundo não é algo recente, e, por isso mesmo, há um histórico a ser analisado. Esse histórico revela como a dicotomia formal-informal se estrutura como mecanismo de um projeto de aprofundamento das desigualdades. Se é um projeto de longa data dos países capitalistas e se o mundo e o capitalismo não mudaram, entende-se que esse projeto continue existindo. Cabe identificar onde estão hoje os mecanismos que continuam perpetuando as desigualdades.

Marina Montenegro: Como as modernizações se destacam na paisagem? O professor Milton Santos ressalta o olhar não para a data de criação da modernização, mas de sua incorporação, de sua chegada. Depois que a modernização é incorporada no espaço do terceiro mundo é que ela irá se combinar com as dinâmicas dos circuitos superior e inferior em variadas cidades.

Há uma banalização da técnica que chega e é incorporada pelo circuito inferior. E o próprio circuito inferior garante a difusão dessa técnica que vem do circuito superior. Ao mesmo tempo que se tem a difusão da técnica, a difusão do consumo, são criadas novas atividades que se tecnificam mais. Penso ser percebida pela transformação na paisagem das periferias. Há autores que falam que muda da porta da rua para dentro apenas, mas não acontece uma mudança de dentro da casa para fora. Isso está muito relacionado com a banalização do consumo, que se torna dominante. Se por um lado a técnica se torna menos diferente nos dois circuitos, por outro o grau de organização (mais cara, mais complexa e difícil de se fazer) e capitalização vai ressaltar a diferença entre os circuitos.

Ricardo Antas Junior: Trata-se de uma organização cada vez mais cara de se fazer. O pobre tem dificuldade de se organizar nos mesmos termos que a organização acontece no circuito superior.

Marina Montenegro: Por fim, penso que diante da velocidade assumida pelos processos contemporâneos e, em especial, da aceleração dos rebatimentos da globalização nas cidades dos países subdesenvolvidos e de suas implicações contraditórias, assistimos hoje ao despertar de novos temas, mas também, ao mesmo tempo, à persistência de velhas questões de método (Silveira, 2008), haja vista, por exemplo, a longevidade da força paradigmática da noção de setor informal.

Ao explorar o potencial analítico abarcado pela teoria dos circuitos da economia urbana, atualizando-a à luz das variáveis que definem o período da globalização, abre-se a possibilidade de realizar uma reflexão rigorosa sobre as novas dinâmicas que caracterizam a economia popular nos dias de hoje. Daí podem nascer insu- mos para a elaboração de políticas públicas que visem e valorizem, em especial, os agentes, as atividades e os territórios da economia popular.

REFERÊNCIAS

- ARMSTRONG, W. R.; MCGEE, T. G. Revolutionary change and the third world city: a theory of urban involution. **Civilisations**, p. 353-378, 1968.
- ARMSTRONG, W.; MCGEE, T. G. **Theatres of accumulation**: studies in Asian and Latin American urbanization. Reino Unido: University Press, 1985.
- BARBOSA, A. F. De “setor” para “economia informal”: aventuras e desventuras de um conceito. Campinas: Unicamp, 2009.
- BOEKE, J. H. **Economics and economic policy of dual societies, as exemplified by Indonesia**. Reino Unido: Tjeenk Willink, 1953.
- CORRÊA, R. L. As redes de localidades centrais nos países subdesenvolvidos. **Revista Brasileira de Geografia**, v. 50, n. 1, p. 61-83, 1988.
- COUTSINAS, G. A propos des deux circuits de l'économie urbaine. **Revue Tiers Monde**, v. 64, n. 16, p. 773-781, 1975.
- GEERTZ, C. **Peddlers and princes**. Chicago: University of Chicago Press, 1963.
- HART, G. D/developments after the meltdown. **Antipode**, v. 41, n. s1, p. 117-141, 25 mar. 2010.
- HART, K. Informal income opportunities and urban employment in Ghana. **Journal of Modern African Studies**, v. 2, p. 61-89, 1973.

ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **Employment, incomes and equality**: a strategy for increasing productive employment in Kenya. Genebra, 1972.

LAUTIER, B. **L'économie informelle dans le Tiers Monde**. França, 1994.

LEWIS, A. **Economic development with unlimited supplies of labor**. Reino Unido: School of Economics and Social Studies, 1954.

McGEE, T. **The urbanization process in the third world**: explorations in search of a theory. Reino Unido: G. Bell and Sons Ltd., 1971.

McGEE, T. The persistence of the proto-proletariat: occupational structures and planning of the future of third world cities. *In*: ABU-LUGHOD, J.; HAY, R. (Ed.). **Third world urbanization**. Nova York, 1977. p. 257-270.

McGEE, T. Geografia e desenvolvimento: crise e renovação. *In*: SOUZA, M. A. A. de (Ed.). **O mundo do cidadão**: um cidadão do mundo. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 451-458.

MIGNON, J. M.; ROMANN, D. Deux circuits de l'économie urbaine en pays dominé. Tlemcen, Saïda (Algérie). **Revue Tiers Monde**, v. 95, n. 24, p. 669-682, 1983.

MISSIN, J.; LOGAN, M. National and local distribution systems and regional market: the case of Kelantan in West Malaysia. **Antipode**, v. 3, n. 9, p. 60-74, 1977.

MONTENEGRO, M. A teoria dos circuitos da economia urbana de Milton Santos: de seu surgimento à sua atualização. **Revista Geográfica Venezuelana**, v. 53, p. 147-164, 2012.

ROSTOW, W. W. **Étapas do desenvolvimento econômico**: um manifesto não comunista. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

SANTOS, M. **Les villes du tiers monde**. França: Génin Librairies Techniques, 1971.

SANTOS, M. **L'espace partagé**: les deux circuits de l'économie urbaine des pays sous-développés. França: Génin Librairies Techniques, 1975.

SANTOS, M. Le circuit inférieur: le soi-disant secteur informel. **Les Temps Modernes**, v. 364, p. 740-755, 1976.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Studio Nobel, 1987.

SANTOS, M. Desenvolvimento econômico e urbanização em países subdesenvolvidos: os dois sistemas de fluxo da economia urbana e suas implicações espaciais. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 53, p. 35-60, 2017. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1096>. Acesso em: 13 dez. 2022.

SILVEIRA, M. L. Metrôpoles do terceiro mundo: da história ao método, do método à história. *In*: SILVA, C. A.; CAMPOS, A. (Ed.). **Metrôpoles em mutação**: dinâmicas territoriais, poder e vida coletiva. Rio de Janeiro: Revan, 2008.

SILVEIRA, M. L. (Org.). **Circuitos de la economía urbana**. 1. ed. Buenos Aires: Café de las Ciudades, 2016. v. 1.

SLATER, D. **Capitalismo y desarrollo regional**. Publicación del CEDLA. Amsterdá, 1982.

